



PUC
RIO

PIBIC 05/06

Departamento: SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Aluno(a): Michelle de Moraes Ferraz

Orientador(a): Angela Randolpho Paiva

Título do Projeto: Juventude, Cultura Cívica e Cidadania

JUVENTUDE, CULTURA CÍVICA E CIDADANIA

Aluna: Michelle de Moraes Ferraz
Orientadora: Angela Randolpho Paiva

I - Apresentação

O objetivo deste trabalho consiste em captar de que forma os jovens nascidos após o regime autoritário têm percebido a sociedade brasileira e suas instituições. Analisar como se dão suas representações sociais da cidadania, a percepção que têm em relação a nação e suas instituições, ou ainda os tipos possíveis de participação social e solidariedade cívica baseados na questão da “confiança” aos valores democráticos.

II - Objetivos

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar de que forma uma determinada parcela da sociedade – jovens estudantes das redes pública e particular de ensino – avaliam os temas que compõem a cidadania, tais como direitos, participação, confiança nas instituições, dentre outros. Outro enfoque dado pela pesquisa foi o de analisar, dentre os grupos dos jovens, dois grupos oriundos de diferentes parcelas sócio-econômicas, sendo estes, os alunos da rede pública de ensino e os da rede particular. Nossa hipótese, ao realizar esta divisão, foi a de perceber de que forma estes grupos – que representam de um lado, uma parcela incluída e de outro, uma parcela a margem do acesso aos bens sociais – entendem a cidadania.

Sobre esta hipótese da pesquisa apresentada acima, cabe-nos perguntar se seriam diferentes os níveis de participação entre estes dois grupos. Será diferente a concepção de cidadania entre estes dois grupos? Em que aspectos se diferem, e em quais deles coincidem? A solidariedade social estaria presente nos dois grupos? Em qual? Por quê? Qual destes apresenta disposições maiores para a participação? Que sentimentos têm pelo Brasil? Teriam expectativas e medos comuns ou distintos? Nossa pesquisa propõe responder a estas e outras questões.

Gostaria de ressaltar neste momento que o nosso objetivo foi o de ir além dos estereótipos, os quais apresentam os jovens como alienados das questões políticas e sociais. Além disto, abraçamos a tarefa de não nos prendermos em perspectivas reducionistas que colocam o grupo dos incluídos versus o grupo dos excluídos, acreditando que estes últimos não têm capacidade de participar e, portanto, somente os incluídos seriam habilitados a serem cidadãos e, portanto, aptos ao espaço público. Como diria Weber, a tarefa do sociólogo é duvidar, então, nosso ponto de partida foi exatamente, o da *curiosidade metodológica*, cujo objetivo é o de captar as diferentes percepções desses dois grupos de jovens oriundos de classes sócio-econômicas distintas para gerar tanto um campo fértil de pesquisa, quanto de políticas públicas voltadas para esta parcela da população.

III - Metodologia

Após um extenso levantamento bibliográfico sobre o tema, a estratégia metodológica para este trabalho foi definida em duas etapas, através de pesquisa quantitativa e qualitativa. Primeiramente, foi aplicado um *survey* em jovens com idade entre 16 e 18 anos, sendo todos estudantes do ensino médio. Neste primeiro momento da pesquisa, a intenção era analisar a percepção de cidadania e cultura cívica em jovens de classe média e média alta em três regiões do Rio de Janeiro, num segundo momento foi definida que seria feita uma abordagem comparada de dois grupos de jovens oriundos de dois diferentes estratos sociais: de um lado, alunos do ensino médio da rede particular do Rio de Janeiro, e de outro, alunos do ensino médio da rede pública. Cabe destacar que os colégios selecionados da rede particular são aqueles considerados de alto padrão de ensino para que possam ser comparados com os da rede estadual de ensino e com os colégios públicos federais. A seleção dos jovens foi aleatória.

Este *survey* deu lugar a um banco de dados, contendo informações sobre o que estes jovens acreditam ser cidadão, qual o seu grau de confiança em instituições como família, escola, universidade, partidos políticos, polícia, judiciário e religião. Há ainda informações sobre o sentimento que estes jovens têm em relação ao Brasil, sua opinião sobre os problemas principais do país ou ainda sobre seus medos pessoais. Os dados incluem também informação sobre a participação destes jovens em atividades extra-curriculares, tais como grêmios, associações de moradores, ONGs, dentre outros.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na pesquisa qualitativa, com a realização de grupos focais, resguardando os mesmos itens abordados no questionário, o que nos permitiu aprofundar alguns dos principais achados suscitados pela pesquisa quantitativa.

Devemos acrescentar que a pesquisa foi realizada em dois períodos distintos. O primeiro em 2004, no qual atingimos o número de 503 (quinhentos e três questionários) questionários e 6 (seis) grupos focais num conjunto de 4 (quatro) escolas da rede particular 4 (quatro) escolas da rede pública, localizadas na Zona Sul, Tijuca e Zona Oeste (Barra da Tijuca) do Rio de Janeiro (posteriormente foram acrescentadas duas escolas públicas e duas particulares da Baixada Fluminense). No segundo período, final de 2005 e 2006, acrescentamos 334 (trezentos e trinta e quatro) questionários distribuídos entre 5 (cinco) escolas da rede particular e 4 (quatro) escolas da rede pública, obedecendo sempre aos mesmos critérios de divisão regional. Também foram acrescentados 4 (quatro) grupos focais. Dentre estes, 3 (três) foram realizados na rede particular e 1 (um) na rede pública.

IV- Marco teórico

A- O conceito juventude

Segundo Bourdieu, a juventude *n'est qu'un mot*¹, ou seja, o conceito juventude não passa de uma palavra. Ao fazer esta afirmação o que Bourdieu pretende demonstrar é que o termo juventude nada mais é que uma construção social. A partir desta definição Bourdieu demonstra como a juventude pode apresentar características distintas de acordo com cada cultura ou sociedade. O autor define, ainda, que este termo está sempre relacionado ao acesso aos bens de cada sociedade, sobretudo os direitos e o acesso a oportunidades e a cultura de cada organização social. velhice deixa de significar sabedoria na modernidade).

O único critério “palpável” para a definição de juventude, com o qual trabalham os organismos públicos para a definição de políticas pública é o estabelecido pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Segundo esta organização, defini-se por jovem todo o indivíduo com idade entre 15 e 25 anos. Podemos observar, desta forma, que a juventude é um período curto se comparamos com as outras etapas da vida como a infância que tem um período relativamente longo de aproximadamente 15 anos, a fase adulta de aproximadamente 35 anos. Por isso a juventude tem como característica ser um período predominantemente demarcado pela “*passagem*” e pela “*transição*”. Essa percepção sugere que tal momento de transição deva ser centrado na preparação para a vida futura, sobretudo via formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social – sob rígido controle dos adultos, é claro, para que as buscas e inquietações não levem a “desvios” **Gustavo Venturi**.(publicado em *Teoria e Debate*, revista da Fundação Perseu Abramo, nº 45, jul/ago/set 2000).

Como vimos anteriormente, Bourdieu afirma que juventude pode ser caracterizada de diferentes maneiras de acordo com a cultura, sociedade e outros, por isso, observamos que em nossa sociedade, sobretudo nas regiões metropolitanas, o conceito juventude concentra todos os indivíduos que ainda não ingressaram no “mundo do trabalho” (Regina Novaes), ou seja, que ainda não desempenham funções de responsabilidade econômica temos, desta forma, o conceito juventude definido para além de uma definição meramente etária, mas como uma característica sócio-econômica. De acordo com esta definição os jovens viveriam numa espécie de “suspensão”, proteção e preparação para o mundo do trabalho. Contudo, nos alerta Novaes (2002) que essa definição de juventude ao ser encaixada dentro do complexo quadro social brasileiro acaba por definir como jovens – quase exclusivamente, os indivíduos das classes médias e altas, caracterizados principalmente por sua condição de estudante. Por outro lado os jovens das classes populares, tendo de trabalhar e interrompendo os estudos muito cedo, ou a eles nem tendo acesso,

1 “N'est qu'un mot” (é apenas uma palavra)

ficaram excluídos dessa construção, como se dessem um “salto” da infância para a fase adulta, estando impedidos de viver este período da vida, ao que Venturi (2000) denomina como “juventude em negativo”.

Ao observarmos as mais diferentes concepções de juventude e o seu desenvolvimento ao longo da história (Ariès,1986) podemos entender que elas são insuficientes para se fazer qualquer diagnóstico ou consideração sobre os jovens de forma geral ou particular. Temos sempre que ter em mente que cada época, bem como cada sociedade constrói um tipo de juventude, ou estabelece diferentes critérios para definir o que é juventude. O exemplo claro para esta afirmação está na publicação da UNESCO *Políticas públicas De/Para/Com juventudes* (2005), onde os técnicos deixam claro a necessidade de trabalharmos com a idéia de “juventude no plural”, ou seja, “juventudes” e não apenas uma definição inerte. Essa constatação de uma pluralidade do conceito deve-se ao fato de que as juventudes podem estar em algumas clivagens, desde aqueles jovens ligados aos dramas, riscos e desvios, que tomam o primeiro plano da caracterização, cunhando a imagem de um jovem ora como vítima, ora como produtor de gravíssimos problemas sociais – as drogas, o crime, a prostituição, a gravidez precoce, a violência das gangues, até aqueles que estão no grupo dos jovens que devem ser os protagonistas de mudança social.

Nesse segundo grupo, também tem-se a impressão de que a atual geração de jovens (e isso já dura pelo menos duas décadas) se apresenta como a negação da essência juvenil, concebida como rebeldia se comparados com as gerações anteriores dos anos 60 e 70 (sempre lembradas, miticamente, como se em sua totalidade tivessem se envolvido nas mobilizações por mudanças). Os jovens de hoje parecem estar no pólo oposto, do compromisso político e da postura rebelde e revolucionária. Trata-se, portanto, de tentar enxergá-los em sua singularidade histórica e geracional – não em comparação a um modelo pré-estabelecido em outros contextos –, de forma a podermos avançar não só no conhecimento de sua condição, como também, ao ouvi-los e enfocarmos a realidade a partir de seu olhar, de enriquecermos nossa compreensão sobre o momento que a sociedade brasileira atravessa.

B - Sobre a Cidadania

O estudo sociológico sobre a questão da construção da cidadania nos diferentes contextos sociopolíticos nos impõe, inicialmente, a consideração de três dimensões. São elas: a dimensão histórica - pela necessidade de contextualização - a dimensão social - pela necessidade da desnaturalização - e, finalmente a questão política - pela necessidade de se analisarem contextos políticos distintos.

Devido a essa complexidade, nossa pesquisa teve o cuidado de, como um primeiro momento, formar uma base teórica consistente que nos pudesse ajudar a amarrar estas três dimensões.

Quando abordamos a dimensão histórica da construção da cidadania, o que estamos buscando é a base onde toda a construção da cidadania será erguida. Como nos lembra Bobbio, os direitos, são direitos históricos e devem ser contextualizados para que seja possível perceber suas nuances. Podemos dar como exemplo desta necessidade de contextualização um ponto presente na obra de Marshall. Este autor nos fala do desenvolvimento dos direitos políticos, civis e sociais olhando para a sociedade inglesa, e como estes direitos foram sendo construídos ao longo dos séculos XVIII (quando foram consolidados os direitos civis), XIX (século da conquista dos direitos políticos) e século XX (quando foi possível a realização dos direitos sociais). A necessidade de contextualização fica explícita na própria teoria social quando analisamos a tipologia de Marshall, isso porque este autor fala do nascimento destes direitos no início do apogeu do *welfare state*. Daí a necessidade de ao falarmos em direitos sempre precisar qual direito, onde e quando foi conquistado.

Agora que já apresentamos qual deve ser a base para a construção do conceito de cidadania, ou melhor, agora que já demonstramos a necessidade de sempre contextualizar essa discussão, podemos dar o segundo passo, o qual será em direção à dimensão social do conceito.

Segundo a filósofa Hannah Arendt a cidadania é um "*constructo* social", ou seja, ela é construída socialmente baseada num consenso. Se utilizarmos, ainda, as análises de Celso Lafer, podemos verificar que este recusa à concepção jusnaturalista, que via a questão dos direitos como algo que sempre esteve presente no homem. Temos desta forma, que ao nos reportarmos para a dimensão social da cidadania perceberemos que esta não é natural ao homem e que na verdade é construída pela sociedade, o que implica que esta tenha características diversas, dependendo da sociedade em que se aplica. Com efeito, a cidadania não pode ser tratada como algo imóvel, reificada ou simplesmente naturalizada (Paiva, 2003). Desta forma, assim como a sociedade, a cidadania está em constante processo de modificação.

Neste ponto, após termos posto luz sobre a importância da contextualização e da dimensão social sobre o conceito da cidadania, fica claro por que não podemos simplesmente tentar encaixar um modelo de cidadania para todos os Estados-nação, pois a cidadania existente na Suíça, por exemplo, é totalmente distinta da cidadania de um país em desenvolvimento como o Brasil, ou ainda mais distinta da cidadania existente em um país, como Burundi, na África. Em suma, embora o princípio da cidadania presente na declaração dos direitos dos homens seja um princípio universal, observamos que, na prática, cada sociedade possui um tipo próprio de cidadania.

Chegamos ao terceiro ponto, ou seja, a dimensão política. Nesta dimensão devemos observar a importância das práticas democráticas, o papel das instituições e a perspectiva sobre a universalização dos direitos.

Através desta dimensão, podemos perceber por que a cidadania se apresenta de formas diferentes, dependendo do contexto político. Por exemplo, em países que, assim como o Brasil,

tiveram governos autoritários, apresentam características diferentes na construção dos direitos, como exemplo, os direitos sociais.

Sabemos que os direitos nas democracias proporcionam acesso a oportunidades que reforçam a participação. No entanto, quando observamos o período em que o regime político foi autoritário, temos que os direitos sociais foram oferecidos ou "doados", apenas para cooptar parcelas da população (Telles, 1991). Podemos, desta forma, dizer que no Brasil, durante este período, a cidadania foi substituída por um clientelismo assistencial. Temos então, a importância da dimensão política na construção da cidadania, observando que dependendo do tipo de governo e das instituições, ela pode se dar de distintas formas.

Tendo entendido que cada sociedade, em diferentes contextos históricos e políticos constroem um tipo específico de cidadania, nos cabe, neste momento, trazer esta dimensão da construção da cidadania para o Brasil e, sobretudo, nos perguntar como ela se deu. Quais são suas características peculiares? E ainda, quais foram os aspectos mais relevantes que marcaram sua formação?

Sabemos que os ideais que deram origem ao que hoje chamamos de cidadania foram inicialmente formulados dentro dos ideais Iluministas. Contudo, o que nos interessa entender neste momento é como essas idéias foram trazidas aqui para o Brasil, e de que forma foram absorvidas pela sociedade.

A configuração da cidadania brasileira é resultante de uma série de fatores, e para que possamos entender como isso se deu devemos nos remeter às origens da nossa sociedade, ou melhor, à origem do nosso processo de formação político-social.

Um dos aspectos mais marcantes da nossa formação social pode ser apontado a partir das relações conservadoras que desembocaram no surgimento de um Estado autoritário. Explico melhor, ocorreu no Brasil um processo de formação peculiar, visto que, embora estivessem chegando estas idéias sobre direitos inspiradas nos ideais iluministas, a sociedade ainda se encontrava sob o "manto" das ordens oligárquicas, das relações hierárquicas e sob o viés escravocrata. O nosso grande problema foi como resolver esta equação, visto que, tínhamos, de um lado, uma ordem moderna recém-chegada e, de outro, as ordens tradicionais, já enraizadas em nossas relações sociais.

A formação social brasileira a partir desta chave conservadora, e com o viés do Estado autoritário deixa claro a teia de relações que deu origem às atuais características da sociedade brasileira (Reis, 1988).

Sendo o cidadão brasileiro aquele que teve que conviver com um Estado doador de direitos, nas palavras de José Murilo de Carvalho, um Estado - pai, o qual mudava o discurso de acordo com a necessidade de manutenção de poder, não teve a oportunidade de se tornar um cidadão ativo que reivindicasse seus direitos, mas ao contrário, se tornou um cidadão passivo, o qual recebe todos os

direitos "de cima".

Percebemos, assim, como este viés autoritário foi o responsável, em grande parte, por formar cidadãos com pouca experiência de participação na esfera pública. A este fenômeno em que o Estado é o protagonista na relação com os direitos foi dado nome de "estadania", por José Murilo de Carvalho e de "cidadania regulada", por Wanderley Guilherme dos Santos.

Todos os processos de mudança em nossa sociedade foram feitos dentro de chaves conservadoras, não havendo, na realidade nenhuma ruptura que pudesse promover condições reais de transformação.

Podemos dizer que, tal como define Jessé Souza, somos resultados de uma "modernização periférica" sob a qual os grupos historicamente excluídos foram mantidos através de mecanismos de uma ordem social hierarquizante e patriarcal.

Para Sérgio Buarque de Holanda, esse processo de cristalização das ordens hierárquicas sem que a grande parcela da população - a qual estava à margem das "idéias modernas" - se revoltasse, só foi possível porque houve a construção de uma "organicidade harmoniosa", na qual cada um deve se manter em seu lugar de dependência e "cordialidade". Temos como resultado deste processo descrito, uma sociedade civil com pouco espaço de atuação e poucos canais de reivindicação.

Além desta questão levantada anteriormente, outra característica que nos ajuda a ilustrar o quadro da construção da cidadania no Brasil é a da exclusão de grande parcela da sociedade em relação à utilização dos seus direitos. De fato, somente alguns segmentos da sociedade brasileira, principalmente aqueles regulados pela ação estatal, estão habilitados a usufruir das políticas públicas pensadas ao longo da nossa formação social e política. Dentro desta perspectiva, podemos acrescentar a análise de Werneck Vianna (1976), a respeito das características clientelistas da nossa sociedade, quando descreve o dilema da burguesia moderna, a qual como não dispendo dos mecanismos necessários para sua sustentação dentro de uma estrutura social, necessita de sempre manter relações de comprometimento com as ordens do Estado.

Conclui-se que a formação da esfera pública brasileira, dentro de uma perspectiva histórico-sociológica, foi marcada por relações excludentes e superposta por interesses privados de uma elite dominante, tendo, contudo, uma ordem social harmoniosa, ainda que composta por profundas desigualdades.

Como consequência, podemos acrescentar que é impossível engendrar uma agenda de direitos que seja comum a toda sociedade, ou ainda, nas palavras de Vera Telles, há uma dificuldade de se criar uma "gramática civil" comum a todos, visto que devido a desigualdade, cada grupo tende a necessitar tipos diferentes de direitos. Esses grupos se socializam em mundos distintos, tendo, de um lado, um grupo marginalizado, cujo acesso aos bens sociais é dificultado, restrito ou

simplesmente negado. De outro lado, temos um grupo marcado por relações clientelistas, já que o acesso aos bens sociais é facilitado para grupos específicos.

Assim sendo, quando tratarmos da questão da cidadania no Brasil, devemos perceber seu processo de construção enquanto fator crucial para o tipo de cultura cívica restritiva que tem provocado. Com isso, temos um espaço público controlado por um segmento pequeno e uma sociedade civil enfraquecida. Entendemos aqui cultura cívica sob a perspectiva de Putnam, quando analisa a questão da cultura cívica nas comunidades italianas e a define como a "busca perseverante do bem público à custa de todo interesse puramente individual e particular", não devendo ser confundido com altruísmo, mas como a participação dos cidadãos na esfera pública em busca do que Tocqueville denominou de "interesse bem-compreendido".

Um dos momentos mais importantes para que se tentasse reduzir este processo de apropriação dos direitos pelas elites consiste na promulgação da Constituição de 88, mais conhecida como "Constituição cidadã", cuja tônica principal foi conferir maiores poderes de intervenção e de participação na coisa pública aos cidadãos.

Não se pode negar que, através da Magna Carta, verificou-se um maior fortalecimento da sociedade civil, seja pelos novos movimentos sociais, seja pela organização efetiva do terceiro setor, o qual passou a ganhar maior visibilidade.

Embora reconhecida toda amplitude e abertura de possibilidades novas trazidas com a Carta de 88, tais como o reforço à idéia de liberdade e igualdade para todos, idéia que está consubstanciada no artigo 5º, pertinente aos direitos fundamentais, a Constituição ainda não logrou sua finalidade maior, qual seja a de promover uma universalização dos direitos, ficando ainda num reconhecimento formal.

Ainda que mais atentamente observados, os benefícios por ela criados são difíceis de realização, pois preserva-se uma ordem social marcada pela profunda desigualdade (Telles, 1991), o que enseja a persistência de elementos tradicionais, tais como paternalismo, conservadorismo e clientelismo na relação com a coisa pública, atendendo a grupos específicos e privilegiados.

Depreende-se daí que a maior parcela da sociedade ainda se encontra sem possibilidade de usufruir dos bens sociais, como o acesso à justiça, à educação, condições essas imprescindíveis e fundamentais à universalização do conceito de cidadania.

O quadro institucional criado pela Magna Carta de 88 se abre a diferentes vias de participação (início da experiência democrática brasileira com o fim da ditadura), e intervenção na esfera pública e o objetivo de nossa pesquisa é o de justamente inquirir sob o modo pelo qual os jovens nascidos no período de transição e consolidação da democracia têm percebido e utilizado os novos espaços abertos ao exercício da cidadania.

V - Apresentação de alguns resultados

A- Os Jovens e o Brasil

Quando o tema se refere à condição do jovem hoje no Brasil, os próprios jovens evidenciam majoritariamente que há um certo sentimento de insegurança (cerca de 30%).

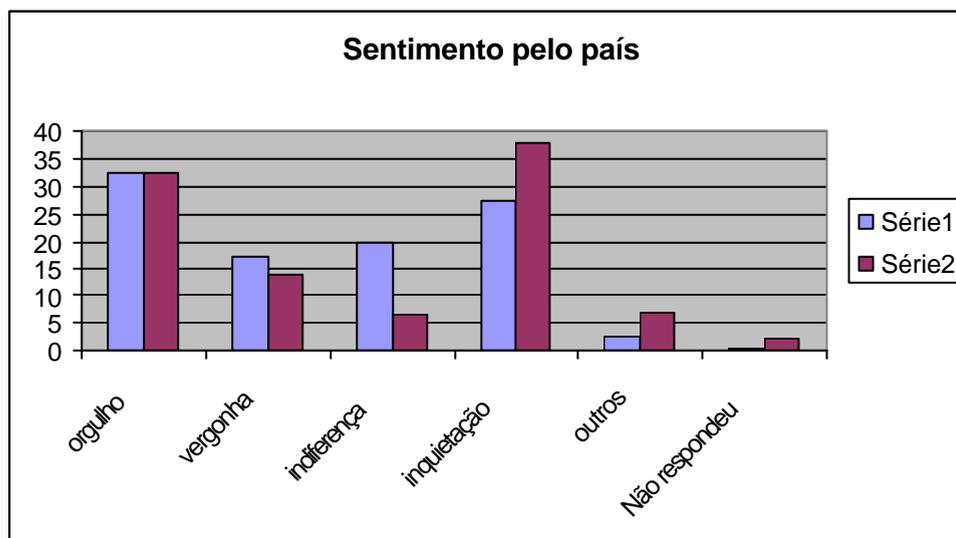
Essa insegurança pode ser lida como reflexo de um difícil acesso ao mercado de trabalho, as precárias condições do ensino público e a violência. Todos estes temas foram denunciados pelos jovens como o motivo que os leva a este sentimento de insegurança durante os grupos focais.

O segundo maior sentimento sobre o que significa ser jovem hoje no Brasil evidencia um ponto de vista positivo, visto que cerca de 28.0% dos jovens disseram que tal condição é boa porque suscita uma gama de possibilidades. Esta resposta também nos leva a considerar um certo entusiasmo dos jovens e uma possível vontade em desempenharem o papel de protagonistas das ações.

Outro dado ilustrativo sobre a relação dos jovens com o país refere-se ao sentimento dentes em relação ao país.

Para apresentar esta variável separamos os jovens entre aqueles oriundos da rede pública e os da rede particular de ensino.

Rede Pública



O sentimento mais presente entre os alunos da rede pública é o orgulho com 32.3%, já em relação aos alunos da rede particular, o sentimento mais presente é de inquietação com 38.0%.

Convém acrescentar aqui algumas das falas obtidas com os grupos focais, sobretudo para entendermos o que existe por trás deste sentimento de orgulho.

“Eu tenho orgulho daqui sim, tem praia, gente bonita. O Brasil é um país com um povo muito bom que luta mesmo. O meu orgulho é do povo e da natureza, porque da política é só decepção” (aluna da rede pública de ensino, zona sul do Rio de Janeiro)

Temos assim que inquietação e orgulho são os sentimentos mais freqüentemente apontados pelos jovens. Contudo, um dado que nos chama atenção é em relação ao sentimento de indiferença entre os alunos da rede pública. Este sentimento representa 20,0 % para os alunos da rede pública, ao passo que os da rede particular o percentual é de 6,9%.

Este dado nos sugere certa preocupação e deixa um campo aberto para desenvolver uma reflexão sobre suas motivações.

Em outro momento, quando questionados se teriam vontade de viver em outro país, ainda que temporariamente para estudo ou a trabalho, a resposta que obtemos foi que cerca de 78,0% dos jovens deixariam o país apenas temporariamente para estudos ou trabalho e apenas 13 % deixariam o país definitivamente. Este dado associado ao dado anterior sobre “o sentimento pelo país” nos sugere um novo dado, que apesar dos problemas e de apresentarem índices de indiferença os jovens não pensam em deixar o país. Ao nos aprofundarmos ainda mais sobre estes dados podemos concluir que o alto índice de inquietação somado ao orgulho e ao baixo índice de vontade de deixar o país definitivamente nos indica que os jovens têm a propensão a trabalharem pela melhora do país.

B- Medos

O maior medo apresentado pelos dois segmentos é o da violência, cerca de 80%. Esse dado deixa claro a preocupação deles com um dos problemas mais graves atualmente no Brasil e que faz da juventude sua principal vítima.

Podemos ilustrar este dado através da fala de uma aluna da rede pública de ensino.

“ Tenho muito medo da violência porque você sai de casa e não sabe se vai voltar, não sabe se vai sofrer com uma bala perdida, não sabe se vai ser assaltada. Eu tenho muito medo disso.”
(Aluna da rede pública de ensino – zona sul)

O tema da violência foi por muitas vezes abordado durante os grupos focais. Não raras foram as vezes em que ficávamos impressionadas com o grau de conhecimento que os jovens, sobretudo os das escolas públicas, tinham em relação a dinâmica do tráfico de drogas e armamentos em suas comunidades. As falas dos jovens refletem sempre o medo que estes tem dos traficantes principalmente em relação aos códigos conduta impostos por eles um exemplo pode ser retirado da fala de um aluno da rede pública de ensino.

“Lá no morro você tem que obedecer a três regras, são só três. Primeira não ‘xisnovear’ que é não ‘caguetar’ a galera do movimento. Segundo não pode pegar a mulher do próximo, principalmente mulher de traficante, é morte certa e terceira não pode fechar com os policiais, porque se os caras te vê falando com os ‘polícias’ tu tá ferrado” (aluno da rede pública- Tijuca)

Apesar de não visualizarem uma solução, a curto prazo, para estes problemas os jovens indicam a importância da escola para mantê-los afastados e com uma opinião crítica sobre o tráfico.

“porque eu sei que isso não é legal (tráfico de drogas), porque eu vejo os caras morrendo de tanto cheirar, fumar, sei lá. Ontem mesmo o professor tava falando que, pô, mata todos os neurônios (as drogas), faz parecer bom no início, mas depois vai te matando, eu sei disso porque eu estudo, mas vai falar pro cara que tá lá na boca: - aí não cheira não! (risos) o cara não sabe porquê” (Aluno da rede pública- Tijuca)

O segundo maior medo apresentado pelos jovens é em relação à inserção destes no mercado de trabalho (cerca de 70%). Esse medo também é um dos temas em que os jovens mais se interessam por discutir nos grupos focais. Como, por exemplo, na fala de um aluno da rede particular de ensino.

“Cara, você estuda, estuda, teus pais esperam um retorno teu, eles investiram em você, chega uma hora que você tem que ser independente e você nunca sabe se assim, se vai ter um emprego que te pague legal, porque no Brasil não se ganha bem não, eu sei de engenheiros que tão ganhando mil, dois mil(reais) por mês. Pô, o cara estudou cinco anos!”

Os alunos da rede pública, por diversas vezes também expressaram a insegurança em relação a inserção no mercado de trabalho.

“Meus pais estão esperando muito de mim e é assim (que eles falam) ‘- como é que é já tá terminando a escola tá na hora de trabalhar’. Eu sei que com o ensino que eu tenho aqui não vou conseguir um bom emprego lá fora, mas tem que ajudar a pagar as contas” (Aluna da rede pública de ensino – Zona sul)

Outro dado em relação aos medos que merece atenção é sobre o “medo dos problemas do país piorarem”. Enquanto para 51,3% dos alunos da rede particular este é um medo sim. Para 67,5% dos alunos da rede pública este não representa um problema. Podemos concluir que enquanto o universo da rede particular tende a formular concepções mais “macro” elegendo o medo dos problemas nacionais se agravarem como um dos maiores medos, por outro lado os jovens da rede pública tendem a formular uma agenda mais concreta de questões a serem enfrentadas, que dizem respeito ao seu dia-a-dia e elegem, como um dos maiores medos, o desemprego dos pais, 55,3%, contra 37,8% da rede particular.

C- Confiança

Diante deste quadro de medos e incertezas nossa busca agora é por identificar onde os jovens depositam sua confiança, tanto na sua sociabilidade de cotidiano, ou seja, confiança em relação às pessoas, como nas instituições.

Quanto à confiança do jovem nas suas relações sociais, constatamos um alto índice de desconfiança em relação às pessoas, visto que 52% dos jovens dizem “ter sempre um pé atrás”. E a justificativa para esta desconfiança aparece nos grupos focais nas duas redes.

“Hoje em dia a pessoa diz: - ah, sou teu amigo e tal. Mas na hora de algum problema finge até que não te conhece (risos)” (Aluno da rede pública de ensino – Tijuca)

“Você tem que saber que não dá pra confiar em ninguém hoje em dia. Não dá! Você conhece as pessoas, mas não sabe o que elas pensam, não sabe do que elas são capazes.” (Aluna da rede particular de ensino – Tijuca)

Em relação às instituições que apresentam os maiores índices de confiança estão a família, com 98%, a escola com 90%, e a universidade com 93%.

Esta fortíssima confiança dos jovens na família e nas instituições educacionais e a baixa confiança nas pessoas podem nos levar a crer que os jovens estão desconfiados até mesmo em suas relações pessoais, e que somente depositam confiança em instituições que se apresentam como a possibilidade de lhes garantir uma segurança. Há, assim, pouca confiança verificada nas instituições que possam levar a uma sociabilidade impessoal de um projeto mais amplo; há pouca possibilidade de construção de cultura cívica nos jovens entrevistados. Observamos essa constatação na fala de uma aluna da rede particular.

“Olha só, meus pais me dão comida, me dão escola, eu sei que eles nunca vão querer o meu mal (...) Na escola eu confio porque aqui eu tenho bons professores que vão me dá uma base pra eu ir pra faculdade e na faculdade eu confio porque é só com ela que eu posso, assim, tentar um bom emprego” (Aluna da rede particular – Zona sul)

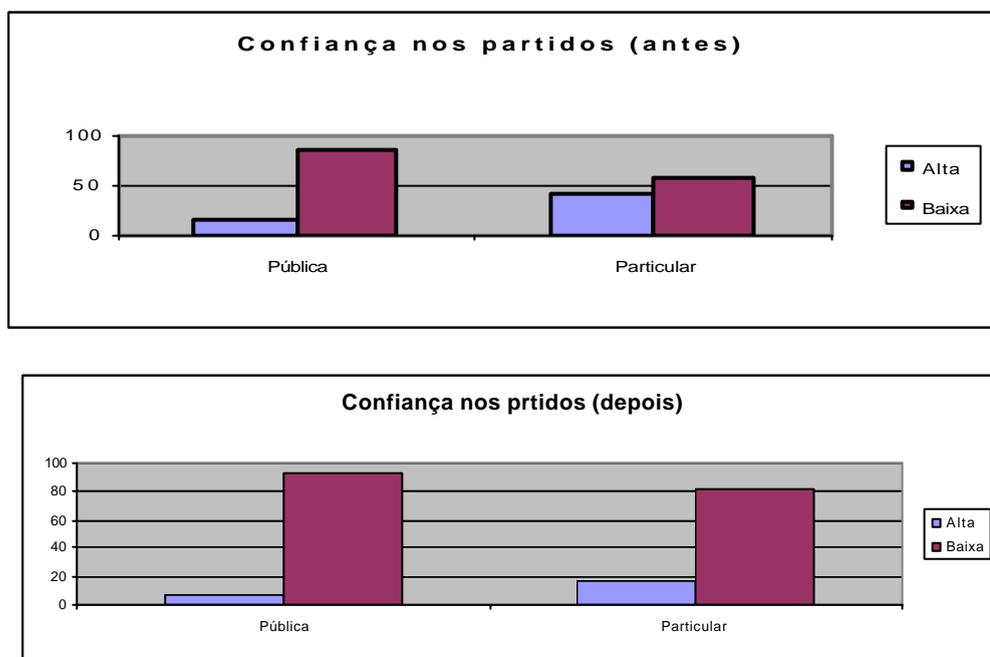
Em relação ao grau de confiança na polícia, um dado que já havia sido constatado na primeira etapa da pesquisa se reafirma nesta segunda etapa, qual seja, os jovens da rede pública confiam mais (um pouco mais) nesta instituição que os alunos da rede particular. Apesar de ser uma diferença pequena, a confirmação desse dado na segunda etapa da pesquisa sugere que devemos ter um pouco mais de atenção com ele.

Os alunos da rede pública têm 21,6% de alta confiança na polícia contra 18% de alta confiança entre os alunos da rede particular. Uma das possíveis explicações para este dado pode estar na fala de um aluno da rede pública de ensino:

“Acho que os alunos da rede pública confiam mais na polícia porque muitos que estudam na escola pública são filhos de policiais, ou sobrinhos, ou sei lá o quê, parentes próximos (...) você confia porque você conhece mais diretamente, é da tua família, não vai achar que é corrupto” (Aluno da rede pública - Tijuca)

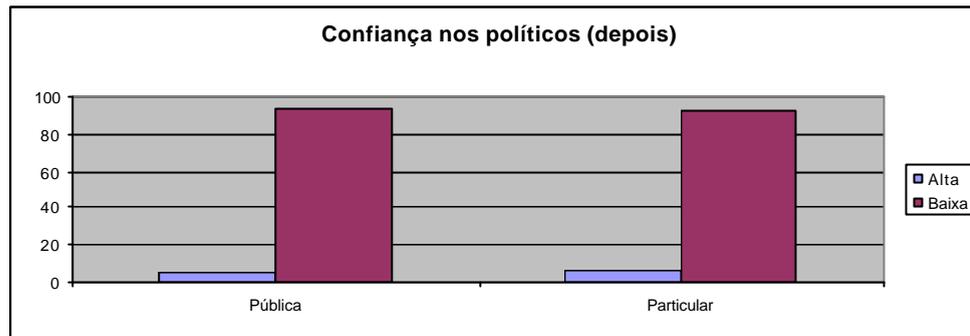
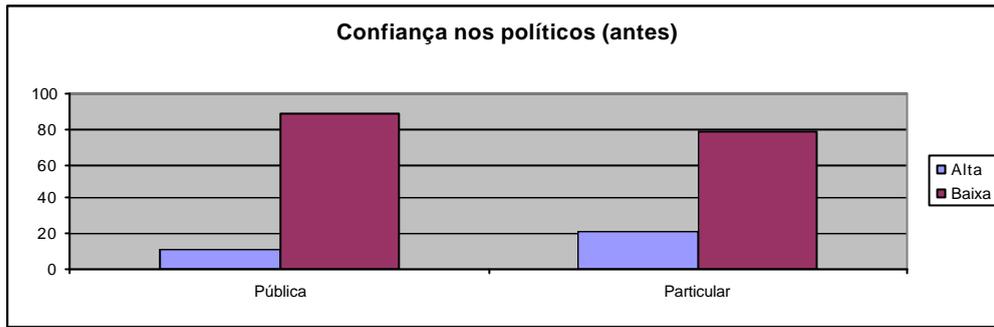
D-Corte temporal

Como dissemos no início deste trabalho, durante a realização da segunda etapa de nossa pesquisa o cenário político brasileiro estava em plena “ebulição” com os escândalos políticos relacionados a desvios de verbas e pagamentos de propinas (“mensalão”). Cabe-nos tentar identificar até que ponto os jovens se mostraram sensíveis a estes acontecimentos e isso pode ser observado pelo grau de confiança dos jovens nos políticos e nos partidos. Para tanto, dividimos os dados em “antes” e “depois”, ou seja, questionários que foram aplicados em 2004 e depois da crise política de 2005.



Antes, a confiança dos alunos da rede pública em relação aos políticos apresentava um *baixo* (pouca ou nenhuma confiança) grau de confiança, uma vez que 89,1% disseram não ter confiança nos políticos. Depois da crise política, o *alto* grau de confiança, ou seja, aqueles alunos que responderam muita ou alguma confiança, que era de 10,9%, caiu pela metade, para 5,8%, enquanto 94,1% desses alunos responderam ter baixa confiança.

Na rede particular, a queda no índice de confiança foi ainda maior de 20,9% de alta antes para 6,1% de alta confiança depois.



Na primeira etapa de nossa pesquisa, identificamos uma confiança maior dos jovens nos partidos do que em relação aos políticos. Na segunda etapa este dado se confirma apenas da queda nos índices de alta confiança. O índice de alta confiança nos partidos na rede pública caiu de 17,0% para 7% e na rede particular este índice teve queda de 42,1% para 16,4%. A explicação para a maior confiança dos jovens nos partidos do que nos políticos pode estar na fala de um aluno da rede pública de ensino.

“O partido tem mais confiança que o político porque o partido é formado por uma militância, pessoas que acreditam num ideal. Eu acho que a confiança é maior por causa da militância. Eu conheço gente que milita há mais de vinte anos por um partido, que ajudou a fundar e não é corrupto, é honesto” (Aluno da rede pública - Zona sul)

E- Avaliação da democracia

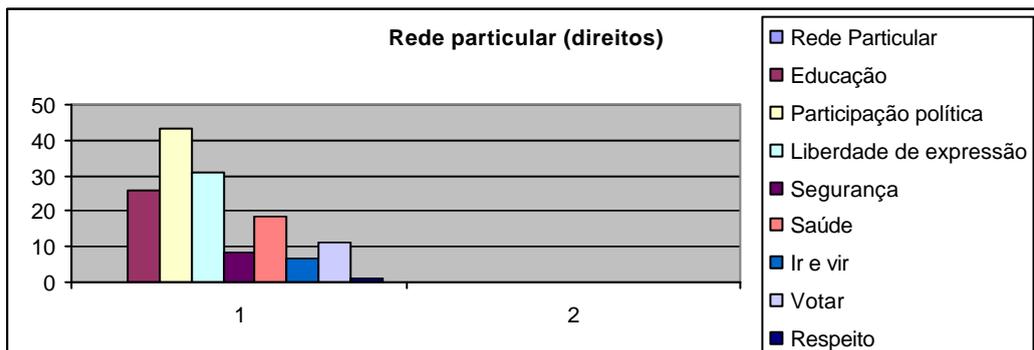
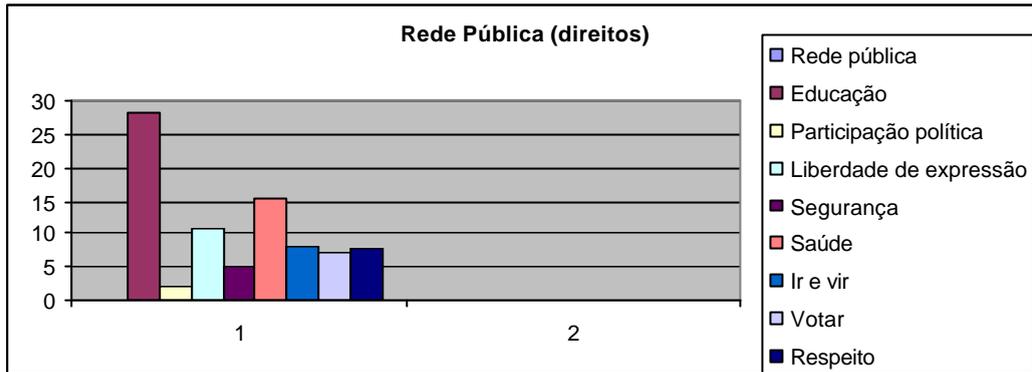
Para os alunos tanto da rede pública quanto da rede privada a democracia não trouxe mudanças significativas.

Temos assim que para os alunos da rede pública o regime democrático “não está mudando nada” (36,5%), para os alunos da rede particular depois do retorno da democracia “está havendo pouca mudança” (68,0%). Este dado é um pouco preocupante porque demonstra que os jovens ainda não conseguem identificar as possibilidades existentes no regime democrático.

F- Percepção sobre os direitos

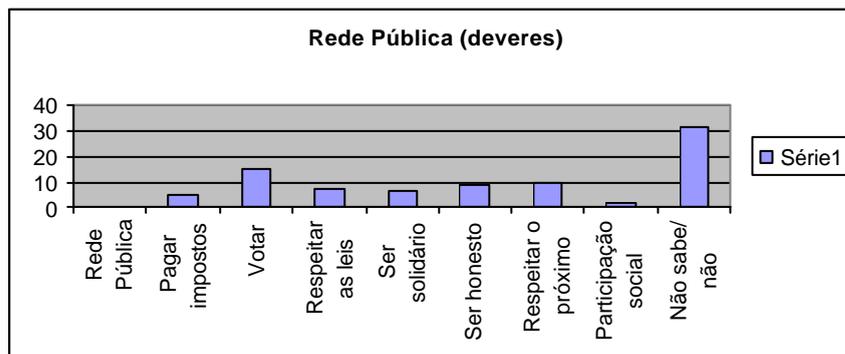
Estes dados ilustram bem os diferentes enfoques dados pelos jovens em relação aos direitos civis, políticos e sociais. Enquanto para os jovens da rede pública os direitos mais citados são os sociais para os jovens da rede particular os mais citados são os políticos.

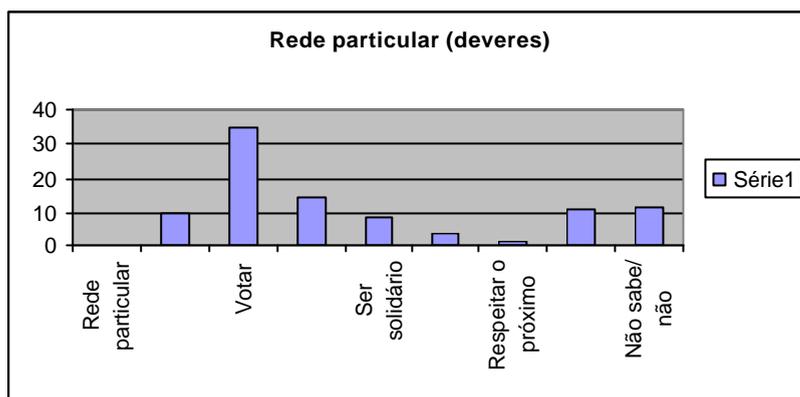
Sobre os direitos



G- Sobre os deveres.

O dado mais interessante aqui revela que para os jovens o **voto** é muito mais um dever que um direito, visto que ele aparece em 10% das respostas sobre direitos e em 30% das respostas sobre deveres.





O segundo dever mais citado pelos jovens da rede pública é o “respeitar o próximo” (10,3%) já para os jovens da rede particular o segundo maior dever é “respeitar as leis” (14,6%)

Ao observarmos que o voto representa para os jovens muito mais um dever que um direito, podemos aprofundar esta análise através dos dados sobre a opinião deles sobre os votos. Antes disso, cabe ressaltar que dentre os jovens de ambas as redes de ensino os números de eleitores é de cerca de 60%.

VI – Considerações finais

Os resultados apresentados acima nos permitem uma reflexão mais profunda acerca da sensibilidade dos jovens da Cidade do Rio de Janeiro. Percebemos que o profundo descrédito que eles têm em relação à política desfaz a visão do senso comum de que há uma alienação “rondando” a juventude brasileira no que se refere às suas preocupações e visões de mundo.

Uma das diferenças mais marcantes em alguns dos resultados diz respeito aos resultados alcançados entre as redes de ensino particular e pública. Alguns dos achados apresentados demonstram que há dois mundos no cotidiano desses jovens, a começar pelo nível de escolaridade dos pais (apresentado no último relatório), passando pelas diferenças no que concerne à confiança em algumas das instituições, além da insegurança em relação ao futuro, mais presente nos jovens da rede pública. A percepção dos problemas do país fica mais clara entre os jovens da rede particular de ensino, o que pode ser analisado como uma maior capacidade de reflexão no nível mais abstrato. As preocupações dos jovens da rede pública ficam mais coladas no seu futuro imediato.

Um outro ponto importante é a consciência que esses jovens têm sobre a fragilidade de seu cotidiano no que se refere à violência presente no mundo da vida. Há uma percepção aguda tanto na rede pública quanto na rede particular de que a violência policial é uma realidade (de distintas formas nas duas redes de ensino), além da consciência da fragilidade da vida humana, uma vez que a violência pode acontecer a qualquer momento de seu dia a dia.

O banco de dados produzido por esta pesquisa nos habilita a dizer que dezenas de outras informações podem ser retiradas através da análise e do cruzamento dos diversos dados obtidos. Dados como, por exemplo, a opinião destes jovens sobre aborto, homossexualismo, direitos das mulheres que podem ser analisados através de recorte de gênero e religião. Também pode ser analisado o perfil do universo pesquisado, pois há informações sobre as principais fontes de informação, opções de lazer, dentre outros.

VII - Referências

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro : Forense universitária., 1993.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro : Campus, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Os Bestializados*. Cia das Letras, 1991.
- CARVALHO, Maria Alice Resende de. *Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil*” In: Vianna (org.) *A democracia e os três poderes no Brasil*. BH:UFMG, 2002
- DA MATTA, Roberto - *A casa e a rua* - Brasiliense – São Paulo 1985.
- DUMONT, Louis (1993). *O Individualismo: Uma perspectiva Antropológica da Ideologia Moderada*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.
- ESCOREL, Sarah. *Exclusão social e saúde*. *Saúde em Debate*, nº 43, junho de 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. José Olympio, 1991
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos Humanos*. Cia das letras, São paulo, 1991.
- PAIVA, Ângela. *Católico protestante, cidadão. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*, Rio de Janeiro. Editora UFMG.
- MARSHALL, TH. *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar. Rio de Janeiro 1967.
- NOVAES, Regina. *Juventude e sociedade.trabalho, educação, cultura e participação*.Rio de Janeiro. Ed. Fundação Perseu Abramo (2004)
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna*. FGV, Rio de Janeiro 1996.
- REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. ContraCapa, Rio de Janeiro, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rocco. São Paulo 1993.
- SOLEDAD Garcia Norman e SUSAN Fainstein. *Minorias Urbanas. Que Direitos?* Edições João Sá da Costa Lisboa, Lisboa, 1999.
- SOUZA Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- TAYLOR Charles. *Argumentos Filosóficos*. Loyola, São Paulo 2000.
- TELLES, Vera da Silva. "Sociedade civil e construção dos espaços públicos". In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Evelina Dagnino (org). Editora Brasiliense. São paulo, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *A Democracia na América*. ED. USP, São Paulo,1989
- TURNER, Bryan," *Outline of a Theory of Citizenship*", *Sociology*, Exeter, 2, 1990.
- VALLADARES, Lícia. *Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil*. In: Boschi, Renato (org). *Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.
- VELHO, Gilberto. "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica". In: *Cidadania e violência*. Gilberto Velho e Marco Alvito (orgs). FGV/UFRJ, Rio de janeiro, 1996.
- WERNECK Vianna, Luiz. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Paz e Terra , Rio de Janeiro, 1976.